

Lula cita fim da escala 6x1 e fraude no INSS em discurso do 1º de Maio

Presidente diz que vai "aprofundar o debate" sobre redução da jornada e menciona desmonte do esquema na Previdência como conquista do seu governo.



Lula em pronunciamento do 1º de Maio.
Reprodução/YouTube (@canalgov)

O presidente Lula deu destaque ao debate sobre o fim da escala de trabalho 6x1 em seu tradicional pronunciamento anual na TV e no rádio sobre o Dia do Trabalho. Em vídeo transmitido em rede nacional na noite desta quarta-feira (30), véspera do feriado, o presidente colocou o debate sobre o assunto com uma de "duas medidas muito importantes" de seu governo, ao lado da reforma do imposto de renda que foi enviada ao Congresso.

"Nós vamos aprofundar o debate sobre a redução da jornada de trabalho de gente no país em que o trabalhador e a trabalhadora passam seis dias no serviço e têm apenas um dia de descanso, a chamada jornada 6x1", anunciou Lula. "Está na hora do Brasil dar esse passo, ouvindo todos os setores da sociedade, para permitir um equilíbrio entre a vida profissional e o bem-estar de trabalhadores e trabalhadoras".

O debate sobre o fim da escala 6x1 ganhou tração a partir da deputada Érika Hilton (Psol-SP), que protocolou uma proposta de emenda à Constituição (PEC) sobre o assunto que, se aprovada, acabaria com esse tipo de trabalho. O pronunciamento de Lula indica que o governo se propõe a dar um apoio mais firme à aprovação do projeto. De acordo com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), o debate sobre o assunto deve avançar nos próximos dias.

No pronunciamento, Lula listou uma série de medidas e marcos de sua terceira gestão na Presidência da República, como o crescimento anual do PIB acima de 3%, o retorno do país ao ranking das 10 maiores economias do mundo e programas como o Acredita e o Contrata+. O presidente citou ainda, como conquista de seu governo, o desmonte do esquema de fraudes no INSS que resultou na queda do presidente do instituto, Alessandro Stefanutto: "Na última semana, o nosso

governo, por meio da Controladoria-Geral da União e da Polícia Federal, desmontou um esquema criminoso de cobrança indevida contra aposentados e pensionistas que vinha operando desde 2019".

O esquema de desvios na Previdência Social vem sendo citado por parlamentares de oposição para criticar o governo petista. A operação ilegal começou em 2019, mas os desvios chegaram a R\$ 2,8 bilhões, seu patamar mais alto, em 2024, com Lula presidente. Na última quarta-feira, foi protocolado na Câmara um requerimento do deputado Coronel Chrisóstomo (PL-RO) para abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigue os desvios.

Fonte: Congresso em Foco

Desconhecimento de direitos básicos é desafio para trabalhadores

Benefícios garantidos em negociação coletiva são pouco conhecidos



© CNI/José Paulo Lacerda/Direitos Reservados

O desconhecimento dos direitos trabalhistas, previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ainda segue como um desafio para os trabalhadores. Pagamento correto de horas extras, os bancos de horas e normas de proteção à saúde e à segurança de quem trabalha, por exemplo, são alguns dos aspectos que geram dúvidas entre eles.

Muitos direitos que formam a base trabalhista continuam desconhecidos pela população em geral. "Há toda uma geração que não sabe o que é 13º salário; o que são férias e direito a pausas no trabalho", afirmou o advogado José Eymar Loguercio, especializado em direito trabalhista e assessor jurídico de entidades sindicais.

Loguercio acrescenta que o desconhecimento se estende a outros temas, como reajustes salariais, auxílio ou tíquete alimentação, planos de saúde ou auxílio-doença.

"Os sindicatos têm que furar a bolha da representação, buscar conversar e se aproximar das pessoas que estão em atividade, ou querendo entrar em uma atividade e

Brasília-DF, 05 de maio de 2025

não sabem sequer que são portadoras de direitos e que merecem respeito.”

No entanto, o advogado afirma que há dificuldades em “furar a bolha” diante do novo cenário das empresas e do mundo do trabalho como um todo.

“Os sindicatos se constituíram para organizar solidariedade em ambientes produtivos muito estruturados e hierarquizados, como eram as fábricas de antigamente ou os escritórios de negócios. Essa fábrica está cada vez menos estruturada e o trabalho cada vez mais realizado em tentáculos e por variadas formas”, disse.

O advogado Antonio Megale, assessor jurídico da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e sócio da LBS Advogadas e Advogados, ressaltou outro ponto.

“O que me chama muito a atenção, além do desconhecimento dos direitos garantidos em legislação, é o desconhecimento dos trabalhadores dos direitos garantidos em negociação coletiva, em acordo ou convenção coletiva de trabalho, assinado entre empresas e sindicatos.”

Os direitos menos conhecidos, segundo Megale, seriam aqueles ligados aos acidentes de trabalho. “Em caso de acidente na empresa, por exemplo, o próprio empregado pode emitir a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT). A responsabilidade é da empresa, mas ele pode fazê-lo, ou o sindicato, no [site](#) ou aplicativo Meu INSS”, segundo o advogado.

Direitos

Para saber quais os principais direitos trabalhistas, o [espaço do trabalhador no Ministério do Trabalho](#) traz uma lista com explicações sobre cada um deles. Nele, o trabalhador conta com informações sobre o registro na carteira profissional (CTPS), pagamento de salário, férias, 13º salário, férias, vale-transporte, horas extras, entre outros.

Fonte: Agência Brasil

Mais de 4 milhões de pessoas foram vítimas das fraudes no INSS, estima instituto



Os beneficiários têm contratos associativos ativos com as 11 entidades investigadas pelo esquema ilegal

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) estimou que cerca de 4,1 milhões de beneficiários podem ter sido prejudicados por descontos não autorizados em aposentadorias e

pensões. Os desvios chegam a R\$ 6,3 bilhões, de acordo com as investigações da Polícia Federal.

Os mais de 4 milhões representam os usuários que têm contratos associativos ativos com as 11 entidades investigadas por fraudes. Conforme a Controladoria-Geral da União (CGU), 97,6% dos beneficiários ouvidos não autorizaram os descontos mensais que foram aplicados diretamente no contracheque.

O novo presidente do INSS, Gilberto Waller Júnior, e o Advogado-Geral da União, Jorge Messias, ainda anunciarão como será feito o ressarcimento às vítimas do esquema.

O desconto na folha de pagamentos do INSS em favor de entidades é previsto em lei desde 1991. A mensalidade pode ser cobrada somente com autorização dos segurados. Caso concordem com o desconto, eles podem ter acesso a benefícios como auxílio funerário, assistência odontológica e psicológica, consultoria jurídica e academia.

Fonte: Brasil247

Redução da jornada de trabalho será debatida na CDH



Geraldo Magela/Agência Senado

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) fará audiência pública nesta segunda-feira (5), a partir das 9h, como parte do ciclo de debates sobre o novo Estatuto do Trabalho (SUG 12/2018). O encontro terá como foco principal a redução da jornada de trabalho no Brasil. O colegiado pretende aprofundar a discussão sobre as mudanças nas relações trabalhistas, novas tecnologias e os impactos da inteligência artificial no mundo do trabalho.

O requerimento para o debate (REQ 20/2025) é do senador Paulo Paim (PT-RS), relator da SUG 12/2018. Ele é o autor da proposta de criação da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (CDHET), instituída na CDH em 2016.

Brasília-DF, 05 de maio de 2025

A SUG 12/2018 é resultado dos debates promovidos pela subcomissão entre 2016 e 2018 e foi apresentada por quatro entidades ligadas à Justiça do Trabalho e à fiscalização das relações trabalhistas: a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho (ALJT), a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

As entidades propuseram a criação de um novo Estatuto do Trabalho com o objetivo de regulamentar os direitos sociais previstos na Constituição e atualizar a legislação trabalhista diante das transformações no mundo do trabalho.

No Senado, a sugestão legislativa é uma forma de participação popular que permite a qualquer cidadão ou entidade apresentar propostas de leis. Caso uma ideia receba mais de 20 mil apoios no portal e-Cidadania, ela é encaminhada à CDH, que pode transformá-la em sugestão legislativa para tramitação como projeto.

Participantes com presença confirmada:

- Luciana Paula Conforti – Juíza do Trabalho e presidente da ANAMATRA
- Shakti Prates Borela – Assessora técnica da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego
- Ana Virgínia Moreira – Diretora regional da OIT para América Latina e Caribe
- Edmilson Santos dos Santos – Coordenador-geral de Direitos Humanos e Empresas do MDHC
- Adriana Marcolino – Diretora técnica do DIEESE
- Luiz de Souza Arraes – Coordenador nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), diretor-secretário da CNTC e presidente da FEOSPETRO
- Cirlene Luiza Zimmermann – Procuradora do Trabalho e coordenadora nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do MPT
- Ubiraci Dantas de Oliveira – Vice-presidente nacional da CTB – participação por videoconferência

Como participar

O evento será interativo: os cidadãos podem enviar perguntas e comentários pelo telefone da Ouvidoria do Senado (0800 061 2211) ou pelo [Portal e-Cidadania](#), que podem ser lidos e respondidos pelos senadores e debatedores ao vivo. O Senado oferece uma declaração de participação, que pode ser usada como hora de atividade complementar em curso universitário, por exemplo. O Portal e-Cidadania também recebe a opinião dos cidadãos sobre os projetos em tramitação no Senado, além de sugestões para novas leis.

Fonte: Agência Senado

Novo Caged: País gera mais de 654 mil novos postos de trabalho no acumulado do ano

Dados de março mostram crescimento significativo no setor de serviços e indústria no ano, com destaque para São Paulo e Minas Gerais, e saldo positivo de 71.576 vagas no mercado de trabalho no mês



Foto: Alexandre Silva

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) de março, divulgados nesta quarta-feira (30) pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, em coletiva à imprensa demonstram que o Brasil criou 654.503 postos de trabalho com carteira assinada no acumulado de janeiro a março deste ano. Somente em março, foram 71.576 novas vagas, fazendo com que o número de empregos com carteira assinada no país chegasse a 47.857 vínculos.

O crescimento foi verificado em quatro dos cinco principais setores da economia. O setor de Serviços foi o que mais gerou empregos, com 362.866 postos criados. A Indústria também teve bom desempenho, criando 153.868 vagas, especialmente em áreas como Abate e Fabricação de Produtos de Carne (+14.517), Abate de Aves (+6.505), Processamento de Fumo (+10.835) e Confecção de Artigos de Vestuário (+9.539). O setor da Construção Civil também gerou 100.371 novos empregos.

No nível regional, São Paulo se destacou com a criação de 209.656 postos de trabalho (+1,46%), seguido por Minas Gerais, com 75.896 novas vagas (+1,55%), e Rio Grande do Sul, com 66.490 postos criados (+2,35%).

Emprego em Março

Em março, o Brasil registrou um saldo positivo de 71.576 novos postos de trabalho, com 2.234.662 admissões e 2.163.086 desligamentos no mês. Deste total, 48.922 vagas foram preenchidas por mulheres e 22.654 por homens. O setor de Serviços foi o que mais gerou empregos no mês, com 52.459 postos, seguido

Brasília-DF, 05 de maio de 2025

pela Construção Civil (21.946 postos) e pela Indústria (13.131 postos).

O saldo positivo de março foi registrado em quatro das cinco regiões do Brasil, com destaque para São Paulo (+34.864), Minas Gerais (+18.169) e Santa Catarina (+9.841). Se computado os últimos 12 meses (de abril de 2024 a março de 2025), o Brasil gerou 1.613.752 empregos, mostrando uma recuperação contínua no mercado de trabalho. Desde de 2003, foram geradas mais de 3.7 milhões de vagas de trabalho com carteira assinada na economia. Números demonstram que o Brasil está avançando na geração de empregos formais, com crescimento em diferentes setores e regiões do país.

As informações completas podem ser acessadas na página do [Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho \(PDET\)](#)

Fonte: MTE

Associações defendem Justiça do Trabalho e criticam suspensão de casos sobre pejetização



Marcos Santos/USP Imagens

A Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT) e a Associação Brasileira da Advocacia Trabalhista (Abrat) divulgaram, nesta quinta-feira (1º/5), um manifesto em que defendem a competência da Justiça do Trabalho para analisar casos sobre pejetização e criticam a suspensão da tramitação de processos trabalhistas sobre o tema.

No último mês, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, determinou a suspensão nacional de todos os processos que tratam da licitude da contratação de trabalhador autônomo ou pessoa jurídica para a prestação de serviços.

Ele afirmou que a controvérsia sobre tais contratos tem sobrecarregado o STF, que vem recebendo um número elevado de reclamações contra decisões da Justiça do Trabalho contrárias à pejetização.

Competência constitucional

As associações argumentam que a Emenda Constitucional 45/2004 previu a competência da Justiça do Trabalho para julgar todas as ações decorrentes de relações de trabalho privadas, e não apenas sobre vínculos formais de emprego, com carteira assinada.

De acordo com Anamatra, ANPT e Abrat, isso não significa que a Justiça do Trabalho necessariamente vai reconhecer vínculo de emprego em casos de pejetização.

Mas as entidades defendem que essa prática não pode ser permitida com base apenas em um contrato formal, sem uma análise sobre a realidade da prestação de serviços. Para elas, a falta de uma análise do tipo pode precarizar as relações de trabalho e afastar direitos como férias, 13º salário, FGTS, jornada limitada etc.

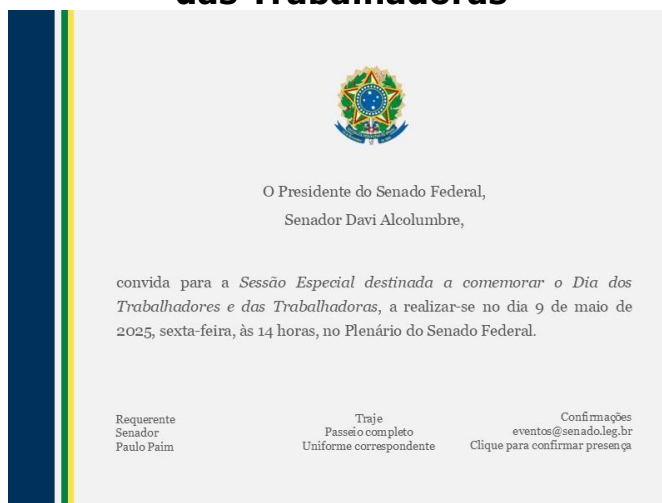
Por isso, as associações consideram que a suspensão dos processos sobre pejetização "ameaça a efetividade dos direitos trabalhistas" e atinge os trabalhadores mais vulneráveis.

O manifesto será reiterado em um ato público que será promovido pelas entidades na próxima quarta-feira (7/5), no Foro Trabalhista de Brasília. Com informações da assessoria de imprensa da Anamatra.

Clique [aqui](#) para ler o manifesto

Fonte: Consultor Jurídico

Convite Dia dos Trabalhadores e das Trabalhadoras



**Data: 9 de maio, sexta-feira, às 14 horas
Plenário do Senado Federal**